

Mesa-redonda 2: Políticas Linguísticas no Brasil

17 de julho de 2019 – 10h30

Políticas linguísticas no Brasil: um olhar sobre a reforma do ensino médio

Profa. Dra. Simone Sarmento (UFRGS)

Política linguística no Brasil: perspectivas sobre os documentos oficiais e a reforma do ensino médio

Políticas Educacionais Linguísticas (PEL) (Shohamy, 2006) referem-se a mecanismos usados para criar práticas de linguagem de facto em instituições de ensino. Na maioria dos países com sistemas educacionais centralizados, como é o caso do Brasil, decisões relacionadas às PEL são tomadas por órgãos governamentais. Tal foi o caso da Reforma do Ensino Médio, instituída através da Medida Provisória 746/2016 e consolidada através da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que impôs mudanças substanciais no que se refere ao ensino de línguas. A língua inglesa torna-se obrigatória, podendo outras línguas serem também ofertadas, com preferência pelo espanhol. Há o estabelecimento de cinco itinerários formativos, sendo “línguagens e suas tecnologias” um deles com a obrigatoriedade de que 60% da carga horária seja ocupada por conteúdos comuns da BNCC. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo discutir as possíveis implicações de tal Reforma para a formação integral do aluno, com foco especial na área das línguagens.

Políticas linguísticas educacionais no Brasil: perspectivas sobre a reforma do ensino médio e os documentos oficiais

Rosângela Hammes Rodrigues (UFSC)

Tratar de políticas linguísticas educacionais é um tema complexo porque nela atuam agentes e forças que transcendem a esfera escolar, pois em cada momento histórico agem diferentes forças econômicas, científicas, políticas, religiosas, etc. E é nesse embate, normalmente de vozes e forças desiguais, que se delineiam as políticas educacionais e os documentos oficiais de ensino. Ao olhar a questão de outro posto de observação, podemos dizer que sobre elas agem dois grupos de forças: a) as externas à escola e aos estudos da língua, que envolvem as acima citadas, de modo especial, a força econômica, que tem sua visão de sujeito no mundo e da finalidade da escola; e as internas aos estudos da língua e à escola, que compreendem embates dentro da ciência e entre a ciência e a escola, que também envolvem uma concepção de língua, de sujeito e de escola, bem como uma concepção de ensino de línguas: sua finalidade, seus conteúdos etc. Nessa perspectiva, objetivo discutir a recente reforma do Ensino Médio (EM), mais especificamente a Base Nacional Curricular Comum – EM (BNCC), buscando compreender a atuação dessas diferentes forças presentes nos discursos desse documento sobre os objetivos da educação, de modo especial do EM, e do ensino de língua nesse nível de escolaridade. Quando necessário, faço remissão à constituição do Ensino Médio no Brasil e a reformas educacionais recentes de outros países.